



ENGENHARIA DE MATERIAIS

Fundamentos de América Latina I

AMÉRICA LATINA NO JOGO DAS SUPERPOTÊNCIAS

Este tópico pretende trabalhar questões vinculadas às relações internacionais e o papel da América Latina no cenário internacional, em distintos ambientes, regimes e sistemas, com especial atenção para o fato de a região orbitar em torno de superpotências hegemônicas. No caso, Inglaterra no século XIX, Estados Unidos no século XX e China no século XXI. O objetivo deste material didático é auxiliar a turma no processo de sistematização das principais informações sobre o assunto, apresentando as disputas hegemônicas entre as potências e as linhas mestras de suas relações com a América Latina.

Estagiário:

CRISTHIAN GOROZABEL PINCAY

Mestrando em Relações Internacionais

PPGRI- UNILA

Foz do Iguaçu

2021

1. A DEFINIÇÃO DE HEGEMONIA DENTRO DO SISTEMA-MUNDO

Segundo Wallerstein (1984), o Sistema-Mundo capitalista é um sistema histórico vigente desde o século XVI até o presente momento, que abrange todo o globo terrestre, formado por uma economia-mundo e um sistema interestatal. As estruturas desse sistema se manifestam em um ritmo cíclico enquanto os países que o compõem estão divididos entre centro e periferia, uma divisão baseada nas trocas desiguais que ocorrem na economia-mundo. Além de sua estrutura econômica, este sistema possui uma superestrutura política, a qual é composta por um grupo de Estados organizados de forma hierárquica em um sistema interestatal.

Figura 1. Sistema-Mundo de Wallerstein



Fonte: Wallerstein (1984), elaborado pelo autor.

Ainda segundo o autor, existe, no Sistema-Mundo, um mecanismo de garantia de que nenhum Estado tenha a capacidade de transformar o sistema interestatal em um único império: este mecanismo é o **equilíbrio de poder**. Apesar disto, tal mecanismo não impediu tentativas de Estados de conquistarem a hegemonia no sistema interestatal. A hegemonia no sistema interestatal, de acordo com Wallerstein, se refere à situação na qual a disputa permanente entre as chamadas “superpotências” está tão desequilibrada que uma potência pode impor suas regras e desejos nos âmbitos econômico, político, militar, diplomático e até cultural (WALLERSTEIN, 1984).

Uma hegemonia mundial, segundo Arrighi, se refere “à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas” (ARRIGHI, 1996, p. 27). Assim, o poder hegemônico é a combinação entre coerção (força ou ameaça do uso da força) e o consentimento. Uma potência hegemônica deve também possuir a capacidade de universalizar seus interesses próprios como os interesses

gerais dos atores que compõem o sistema internacional, uma vez que “é esse tipo de liderança que torna hegemônico o Estado dominante” (idem, p. 29).

2. AS HEGEMONIAS MUNDIAIS

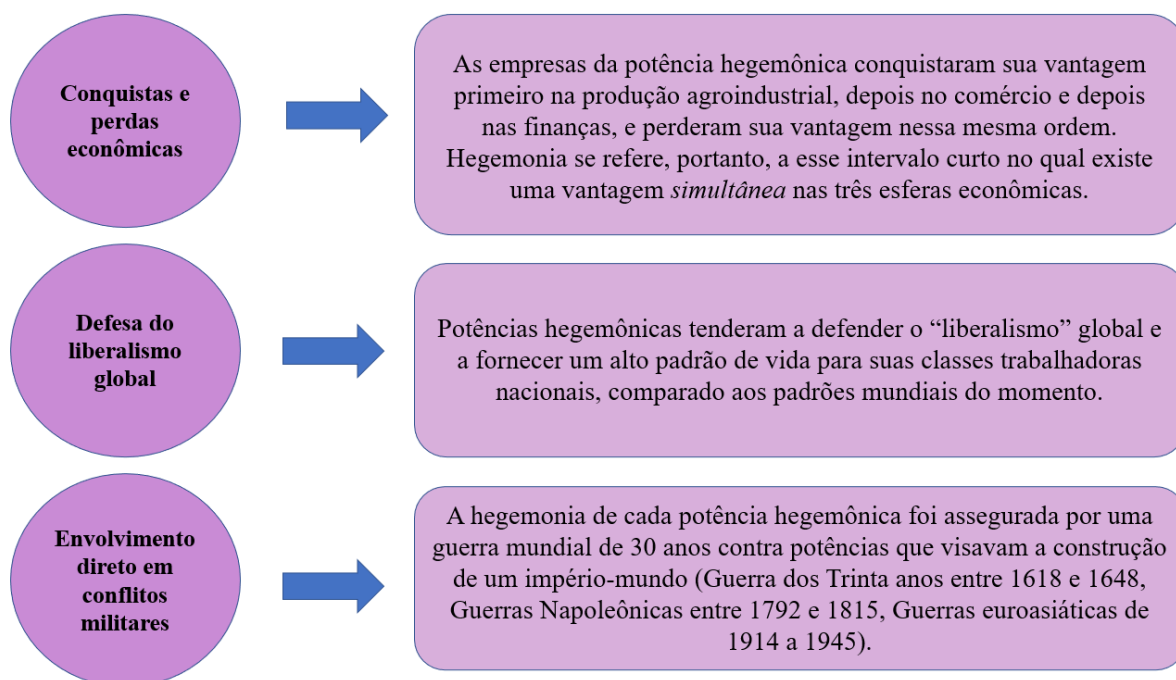
Para Arrighi, na história do moderno sistema interestatal existiram três hegemonias: a hegemonia holandesa, a hegemonia britânica e a hegemonia estadunidense. As três são caracterizadas por produzirem importantes inovações tecnológicas e acumularem riqueza o que, conseqüentemente, lhes conferiu a capacidade de reestruturar o sistema mundial de forma que garantisse as condições necessárias para que pudessem expandir sua influência (ARRIGHI, 1996).

Ao contrário das outras duas, a hegemonia holandesa não pode ser considerada muito exitosa porque não estava nos interesses da Holanda se constituir como uma hegemonia após a Guerra dos Trinta Anos. A hegemonia britânica esteve focada no imperialismo, especialmente na Ásia, e no livre cambismo, enquanto controlava o sistema financeiro através das suas companhias, que possuíam participação parcial dos governos. A hegemonia estadunidense, por outro lado, apostou na abertura unilateral de mercados e na descolonização, mantendo o controle do sistema financeiro nas mãos de grupos privados, especialmente suas empresas multinacionais (ARRIGHI, 1996, p. 27-86).

Arrighi destaca que o controle dos meios de pagamento, associado aos ciclos de acumulação e inovação tecnológica, é um elemento importante para definir uma potência hegemônica. O poder financeiro opera como base fundamental para o poder político da potência hegemônica em cada período histórico. Para que uma transição hegemônica possa ocorrer, é importante que ocorra a transferência do poder financeiro de uma potência para outra (ARRIGHI, 1996).

De acordo com Wallerstein (1984), historicamente houveram três grandes potências hegemônicas: Holanda em meados do século XVII, Reino Unido em meados do século XIX e os Estados Unidos em meados do século XX. O autor aponta que essas três hegemonias têm três elementos político-econômicos em comum para alcançarem o patamar hegemônico:

Figura 2. Elementos comuns às hegemônias do Sistema-Mundo



Fonte: Wallerstein (1984), elaborado pelo autor.

O resultado de cada guerra mundial implicou uma reestruturação importante do sistema interestatal (Westfalia, o Concerto da Europa, a ONU e Bretton Woods, por exemplo) condizente com a necessidade de relativa estabilidade da nova potência hegemônica, fundamental para a garantia das condições necessárias para a manutenção e intensificação do processo de acumulação interminável do capitalismo. Neste sentido, a potência hegemônica assume o papel de interferir seletivamente no “mercado” mundial (WALLERSTEIN, 1984).

A Inglaterra se consolidou como potência mundial ainda no século XIX. Neste período, no auge da Revolução Industrial, o país atingiu grande desenvolvimento econômico e industrial, ao mesmo tempo que contava com uma forte marinha mercante e diversas colônias em todo o mundo. Segundo Hobsbawm:

Nunca, em toda a história do mundo, uma única potência havia exercido uma hegemonia mundial como a dos britânicos na metade do século XIX, pois mesmo os maiores impérios ou hegemônias do passado tinham sido meramente regionais - como no caso dos chineses, dos maometanos e dos romanos. Desde então, nenhuma outra potência jamais conseguiu estabelecer uma hegemonia

comparável, e nem há possibilidades de que isto venha a acontecer no futuro, já que nenhuma potência pôde nem poderá reivindicar para si o título de "oficina do mundo" (HOBBSAWM, 2012, p. 217).

Contudo, de acordo com Kindleberger, a crise de 1929 se deveu à incapacidade britânica de manter sua hegemonia no sistema internacional e à falta de vontade dos Estados Unidos em assumi-la. Ademais, a grande depressão também dificultou o processo de ascensão estadunidense, que já tinha se iniciado desde o fim da Primeira Guerra Mundial. Somente em 1931, a decadência da liderança britânica se confirma com o absoluto enfraquecimento da libra esterlina, o que inibiu significativamente o poder financeiro da Grã-Bretanha (KINDLEBERGER, 1973).

A sua vez, a ascensão da hegemonia estadunidense é acompanhada por um esforço de reorganização da ordem mundial após a Segunda Guerra Mundial que levou à realização da conferência de Bretton Woods, à criação da Organização das Nações Unidas, do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (BELLUZZO, 1999).

Porém, a crise do modelo econômico promovido por Bretton Woods e a transição do padrão monetário dólar-ouro para dólar-flexível entre os anos 1960 e 1970, além da derrota dos EUA no Vietnã e do primeiro choque do petróleo em 1973, colocou a hegemonia estadunidense pela primeira vez em xeque (KINDLEBERGER, 1973).

Para Wallerstein (1979), as hegemonias estão restritas a um determinado período histórico. Geralmente após guerras mundiais, um novo poder hegemônico ascende. Quando a luta de classes no interior da potência hegemônica se intensifica, suas vantagens tecnológicas são difundidas para outras partes do Sistema-Mundo e há uma intensificação da disputa interestatal pela hegemonia, o que indica um período de declínio do poder hegemônico estabelecido, levando a um processo cíclico de transição de hegemonias.

O autor afirma que os EUA perderam sua vantagem produtiva enquanto preservam sua superioridade comercial e financeira, porém, sua vantagem na política e militar já não é tão esmagadora. Sua habilidade de se impor a seus aliados, intimidar seus inimigos e esmagar os fracos foi severamente prejudicada (WALLERSTEIN, 1984).

3. A AMÉRICA LATINA DENTRO DO SISTEMA-MUNDO E SUAS RELAÇÕES COM AS POTÊNCIAS HEGEMÔNICAS

A tipologia “centro-periferia” foi cunhada por Raul Prebisch para denominar os diferentes papéis desempenhados pelos países dentro do sistema internacional (ou Sistema-Mundo). O centro é o primeiro a assimilar o desenvolvimento técnico, possui estrutura econômica diversificada e especializada em produtos industriais, enquanto a periferia é a principal produtora de matérias-primas e possui um baixo nível de desenvolvimento industrial comparada ao centro (PREBISCH, 2000).

Neste sentido, a América Latina faz parte da periferia do sistema, caracterizando-se, portanto, como uma economia periférica ou subdesenvolvida. Para Furtado, “o subdesenvolvimento tem suas raízes numa conexão precisa, surgida em certas condições históricas, entre o processo interno de exploração e o processo externo de dependência” (FURTADO, 1974, p. 94).

As sociedades latino-americanas são histórica e estruturalmente dependentes. Nas sociedades coloniais latino-americanas toda a estrutura política, econômica e social era voltada para atender às demandas do colonialismo mercantilista, ou seja, desde a colonização a exploração dos recursos naturais latino-americanos atende às demandas do comércio internacional. As próprias independências latino-americanas serviram ao movimento do capitalismo global ao passo que marcaram o declínio definitivo dos sistemas coloniais espanhol e português e corroboraram com a ascensão hegemônica da Inglaterra (IANNI, 1998).

As independências políticas não significaram a independência econômica, uma vez que o apoio inglês às independências foi seguido de diversos acordos comerciais exclusivos entre a América Latina e a Inglaterra. Por sua característica essencialmente dependente, os Estados latino-americanos internalizam contradições externas, o que gera tensões e contradições internas. Quando da ascensão dos EUA, a América Latina foi o primeiro território a se instituir como zona de influência direta dos Estados Unidos, e quanto mais avançava ao sul o domínio estadunidense, mais a Inglaterra se afastava da América Latina (IANNI, 1988).

Assim, as disputas políticas e econômicas entre os países desenvolvidos acabam se desdobrando na disputa por áreas de influência e recursos estratégicos, o que implica em desafios em termos de desenvolvimento e soberania para os Estados Nacionais periféricos e semiperiféricos. A América Latina está indissociavelmente inserida neste intrincado contexto de competição internacional, sendo sempre disputada como área de influência pelas potências (FURTADO, 1992).

O processo de “conquista” da América Latina por parte dos EUA levou pelo menos um século, consolidando-se completamente apenas na metade do século XX, e desencadeou diversos processos políticos na região (golpes de Estado, lutas armadas, etc). Dados os processos históricos pelos quais a América Latina foi dominada por Estados externos à região (países ibéricos, Inglaterra, EUA), a dependência da região é um processo histórico (IANNI, 1988).

4. A TRANSIÇÃO HEGEMÔNICA HOJE E A AMÉRICA LATINA

O momento geopolítico atual é definido pelo declínio da hegemonia estadunidense, que em parte foi desgastada pelo envolvimento do país em conflitos militares e pela crise econômica de 2008, e por outra parte foi desgastada pelo custo material (militar e financeiro) e imaterial (simbólico) de se manter como potência hegemônica mundial por décadas. Com o declínio estadunidense o que surge é um sistema internacional no qual a hegemonia dos Estados Unidos é compartilhada com a hegemonia regional de outros países, uma chamada “hegemonia negociada”, que tende a uma maior regionalização de conflitos e a uma tentativa estadunidense de compartilhar os custos do seu *status* hegemônico com outras potências (o que depende, em grande parte, da conjuntura interna do país norte-americano).

O declínio hegemônico estadunidense abre espaço para estratégias das potências regionais emergentes que permitam a projeção internacional de seus interesses nacionais, entretanto, isto não significa que estes países estejam dispostos a compartilharem com os Estados Unidos as responsabilidades da manutenção da ordem mundial. A atuação chinesa, por exemplo, é pragmática no sentido que busca novos mercados e fontes de produtos primários enquanto se abstém da liderança político-ideológica que tanto desgastou a posição estadunidense. Ao passo que se fortalece econômica e geoestrategicamente, a China não se envolve em dilemas geopolíticos.

Em sua relação específica com a América Latina, a China tem papel importante como importadora de *commodities* latino-americanos (o que diminui a dependência da região em relação à EUA e Europa, mas leva a uma especialização dos países da região no setor primário de produção) e exportadora de manufaturados (o que debilita a indústria latino-americana e mais uma vez conduz a especialização do setor primário, debilitando a posição do continente na divisão internacional do trabalho). Além disso, a China é compreendida por diversos autores como possuidora de interesses internacionais desalinhados com os latino-americanos, além de não possuir compromissos com o regime democrático, o que pode se traduzir em um elemento desestabilizador.

O efeito chinês é um dos fatores para a condição atual da integração latino-americana, sendo este responsável por diminuir as relações econômicas inter-regionais. Porém, a integração latino-americana, caracterizada pela tentativa de fortalecimento da região nos foros internacionais e conseqüente afastamento da influência estadunidense, encontra barreiras geográficas, desde uma infraestrutura precária até fronteiras naturais custosas de serem superadas, assim como barreiras políticas.

Como discurso ideológico, a integração regional da América Latina obteve mais sucesso do que como um processo realmente implementado, e isto se deve principalmente às políticas adotadas pelos próprios países latino-americanos, que nos últimos anos minaram as possibilidades de integração.

Na divisão internacional do trabalho, a posição latino-americana sempre esteve marcada pela exportação das *commodities*, sendo este também um fator importante para a constituição dos governos nacionais na América Latina, dado a sua importância geoestratégica estrutural para o sistema internacional. O desafio latino-americano se encontra em equilibrar a exportação de produtos primários de forma a não debilitar sua capacidade industrial frente ao mercado mundial.

Por outro lado, a exploração dos recursos naturais também pode ser um vetor de conflito na região. Outro vetor de conflito pode ser a rivalidade ideológica que governos mais militarizados trazem ao continente, bem como o problema do tráfico de drogas e armas, e a influência de conflitos externos à América Latina.

Para a América Latina se fortalecer economicamente, evitar que conflitos regionais emergjam e consolidar seus regimes democráticos, uma acurada análise da realidade política internacional e do seu impacto direto em cada país latino-americano

deve ser feita, para que estratégias geopolíticas possam ser traçadas (SORJ & FAUSTO, 2010).

Referências Bibliográficas

ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

BELLUZZO, L. G. *Finança Global e Ciclos de Expansão*. In: FIORI, J. L. **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

FURTADO, Celso. **O subdesenvolvimento revisitado**. Economia e Sociedade, v. 1, n. 1, Rio de Janeiro, 1992 [1].

HOBBSBAWM, E. J. **A Era das Revoluções: 1789 - 1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

IANNI, Octavio. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

KINDLEBERGER, C. P. **The world in depression, 1929-1939**. Berkeley: University of California Press, 1973.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.) **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro, São Paulo: Record-Cofecon-Cepal, 2000.

SORJ, B; FAUSTO, S. **América Latina: transformaciones geopolíticas y democracia**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.

WALLERSTEIN, I. **El moderno sistema mundial: la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI**. México: Siglo Veintiuno, 1979.

WALLERSTEIN, I. **The Politics of the World Economy: The States, the Movements and the Civilizations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.